

ACTA Nº 6 /2017

SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017

---Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, nesta vila de Alvaiázere, edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os Senhores Membros eleitos: Álvaro Clemente Pinto Simões, Acílio Dias Godinho, José Tiago Guerreiro, Pedro Rafael Coelho Simões, Alzira Alves Ferreira da Silva, António Conceição Gonçalves, António Simões Ribeiro, Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa, Fernanda da Conceição dos Santos Fernandes de Sousa, Maria Fernanda dos Santos Balas, Cristiana Rodrigues Alves dos Santos, Carlos Manuel Rosa da Graça, Fernanda Freire Simões Alves, José Nunes Rosa, António José de Oliveira Gonçalves, e ainda os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almoester, Alvaiázere, Maçãs de D. Maria, Pelmá e Pussos São Pedro.-----

---- Do Executivo Municipal estiveram presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques e os Senhores Vereadores Francisco Agostinho Maria Gomes e Sílvia Rodrigues Lopes.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa iniciou a sessão, saudando todos os Senhores Deputados, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e o staff administrativo, declarando aberta a sessão, passou-se ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

--- Após a chamada, o Senhor Deputado Acílio Dias Godinho no uso da palavra, interpelou a mesa, referindo que tanto quanto lhe é dado saber, o Presidente da Junta de freguesia de Maçãs de Dona Maria ainda não pode estar nessa qualidade nesta Assembleia. -----

---O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, referiu que pensa que o Senhor Presidente da Junta de freguesia de Maçãs de Dona Maria pode estar presente uma vez que já foi eleito, já tomou posse. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho referiu que o Presidente da Junta ainda não tomou posse, é o candidato eleito para Presidente da Junta, mas a Junta ainda não existe, não há Junta constituída, não há Órgão constituído, não há Presidente da Junta.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, interrompeu o Senhor Deputado Acílio Godinho dizendo que não lhe parece que seja assim, por inerência, é Presidente da Junta o cidadão que encabeça a lista mais votada nas eleições, ainda não chegaram a acordo para o executivo, mas se este já tomou posse não vê qualquer problema. -----

--- O Senhor Deputado Acílio Godinho no uso da palavra, voltou a referir que a sua interpelação à mesa é no sentido de saber se o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria pode participar de pleno direito ou não. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que o Senhor Presidente da Junta de freguesia de Maçãs de Dona Maria, ao ganhar as eleições, é o Presidente, tomou posse, não constituiu foi o executivo da Junta de freguesia, nem tomaram posse os Deputados da Assembleia de Freguesia, mas ele ao tomar posse da Junta de Freguesia, é o Presidente da Junta, esta é a sua interpretação, mas se o Senhor Deputado Acílio Godinho, assim o entender, coloca-se à discussão o assunto. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho referiu que fizeram uma interpelação política à mesa no sentido dessa questão ser apurada, do seu ponto de vista entende que, enquanto não houver Órgão, o Órgão é a Junta de freguesia, há de facto o Presidente indigitado para a Junta de freguesia que é eleito diretamente de acordo com os resultados eleitorais e isso é inquestionável. O que questionamos é que ele possa efetivamente tomar parte e participar na Assembleia Municipal enquanto o Órgão Junta de freguesia a que ele presidirá quando existir o Órgão, ainda não estar formado. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, questionou: "então, atualmente, o que é que o Senhor Eduardo Laranjeira é na Junta de Freguesia?" -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho respondeu que, neste momento é o candidato indigitado como Presidente de Junta de acordo com os resultados eleitorais, mas não tem órgão para presidir. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, referiu que não tem, mas aí é ele que assume a presidência por inerência própria. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho interrompeu o Senhor Presidente da Mesa e referindo que não é, enquanto não tomar posse. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, referiu que irá dar a palavra para se chegar a um entendimento questionando quem é que quer usar da palavra em relação a este assunto.

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Carlos Graça, referiu que não é Jurista, mas que o Senhor Acílio é Jurista, e a sua interpretação também é a mesma do Senhor Presidente da Mesa, julgando que a partir do momento em que o órgão Assembleia de Freguesia está instalado, o órgão está instalado, o Presidente da Assembleia de Freguesia cessante deu posse aos novos elementos eleitos e nessa situação ele passou a ser, automaticamente, o Presidente da Junta, faltando eleger os vogais da Junta porque há um desentendimento. Portanto, a Assembleia de instalação tem três fases: primeira fase - tomar posse e estar reconhecido o Presidente da Junta; a segunda fase - eleição dos vogais da Junta, que ainda não se realizou porque há um desentendimento; terceira fase - os vogais que são eleitos e o Presidente de Junta saem da Assembleia e entram os suplentes e a Assembleia elege a mesa da Assembleia, o que também ainda não foi feito. Portanto, e na qualidade de Presidente de Junta, julga que ele pode estar representado aqui, nesta Assembleia Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, concordou e afirmou que ele exerce esse cargo por inerência de ser Presidente de Junta. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Carlos Graça confirmou que ele exerce aqui o cargo por inerência de ser Presidente de Junta e não por ser eleito para a Assembleia Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que esse cargo é de membro da Assembleia Municipal por inerência do cargo que exerce. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Carlos Graça referiu que na reunião anterior o Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria não tomou posse, nem a Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, a Dra. Clara, porque ainda não tinha sido instalada a respectiva Assembleia de Freguesia, que neste momento está instalada e não é a Junta, mas sim a Assembleia de Freguesia que está instalada. Todos os membros da Assembleia de Freguesia que foram eleitos tomaram posse, do PSD, do PS e do CDS, quanto à questão da eleição dos vogais é que começam os problemas que são inconclusivos, as votações são inconclusivas, e portanto há um impasse, mas segundo a sua opinião ele representa a Junta de Freguesia. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, concordou com a opinião do Senhor Deputado Carlos Graça quanto ao facto do Senhor Eduardo Laranjeira representar a Junta de Freguesia e dá a palavra à Senhora Deputada Cristiana Santos. -----

--- No uso da palavra, a Senhora Deputada Cristiana Santos disse que se recorda que na Lei das Autarquias Locais, a propósito da última sessão na acção de instalação, viu o artigo 42º que prevê expressamente este assunto e que diz que nas sessões de Assembleia Municipal participam os cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as Assembleias de Freguesia da área do Município enquanto estas não forem instaladas, como tal, neste caso, o Senhor Eduardo pode estar presente, aliás a lei prevê que esteja em todas as sessões de Assembleia Municipal até que a Assembleia de Freguesia não esteja instalada. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, referiu que iriam a votação para concluírem se o Senhor Eduardo Laranjeira deve estar ou não como membro da Assembleia Municipal questionando quem vota contra. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho interrompeu o Senhor Presidente da Mesa dizendo que há vários pareceres sobre esta matéria das CCDR's e que a interpelação à mesa é no sentido de que o entendimento é que ele ainda não pode participar nesta Assembleia como em representação da Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria e assim a mesa se quiser apurar ou se achar por bem apurar essa situação é pedir um parecer à CCDRC.

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que o que está em causa é se ele está de direito próprio como membro da Assembleia Municipal ou se não está, porque se ele não está, então não é membro da Assembleia Municipal. Se pode ser, faz parte da Assembleia Municipal e o entendimento é que pode ser uma vez que ele tomou posse, assumindo, no entanto, que pode estar enganado. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho referiu que só é Presidente de Junta e preside ao órgão Junta de Freguesia, quando o órgão Junta de Freguesia estiver instalado, até este momento não está e para estar na Assembleia Municipal por inerência e participar nas

decisões desta Assembleia enquanto o órgão Junta de Freguesia não tiver constituído, não lhe parece ter essa legitimidade para estar, pode participar mas a título pessoal, agora enquanto a Junta não estiver constituída, que não está neste momento segundo o que lhe é dado saber, ele não pode tomar parte em pleno direito nesta Assembleia por inerência de um órgão que não está constituído. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, vem discordar do Senhor deputado Acílio Godinho, não se referindo ao Senhor Eduardo Laranjeira, mas a qualquer candidato que ganhe as eleições toma posse de Presidente da Junta e isso é inequívoco, não há votação dos deputados da Assembleia de Freguesia e ele por inerência da legislação é que toma posse como Presidente da Junta, o resto do executivo é que não é formado porque há um desentendimento de conhecimento público, mas ele não necessita de mais nada pois já tomou posse. -----

--- No uso da palavra, a Senhora Deputada Cristiana Santos reforçou que a qualidade da participação do Senhor Eduardo Laranjeira é enquanto cidadão que encabeçou a lista mais votada nas eleições e a lei prevê expressamente que, no caso de Assembleias de Freguesia ainda não instaladas, tem lugar na Assembleia Municipal o cabeça de lista da lista mais votada, reiterando mais uma vez o assento expresso na legislação. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, dirigiu-se à Senhora Presidente da Câmara e referiu que iriam votar para saber se o Senhor Eduardo Laranjeira deve ou não intervir e solicitou-lhe que seja pedido um parecer à CCDRC sobre o assunto para não haver mais dúvidas. De seguida, questionou sobre quem se opõe a que o Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria participe como membro da Assembleia Municipal, obtendo-se a seguinte votação: dois votos contra dos Senhores Deputados Acílio Dias Godinho e António Conceição Gonçalves; cinco abstenções dos Senhores Deputados Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa, Maria Fernanda dos Santos Balas, Fernanda Freire Simões Alves, Pedro Rafael Coelho Simões, Fernanda da Conceição dos Santos Fernandes de Sousa e treze votos a favor dos restantes Senhores deputados. Assim, o Senhor Presidente da Mesa informou os presentes de que, após votação, o Senhor Eduardo Laranjeira está na Assembleia Municipal de pleno direito, aprovado pela presente Assembleia como membro, solicitando que a Senhora Presidente diligencie no sentido de pedir um parecer à CCDR e se alguma anomalia se vier a verificar será corrigida posteriormente. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Vítor Sousa, apresentou uma declaração de voto, afirmando que se absteve porque entende que a votação só deveria ser feita após o pedido de parecer à CCDR, uma vez que assim, se trata de uma situação duvidosa em que ninguém tem a certeza, e que a Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria só não está instalada porque não há um vogal e o Presidente tem que nomear um vogal. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, questionou o Senhor deputado Vítor Sousa quem é o Presidente de Maçãs de Dona Maria neste momento. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Deputado Vítor Sousa, respondeu que é o Senhor Eduardo Laranjeira, mas a Junta de Freguesia não está instalada. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que o Senhor Eduardo Laranjeira será "hoje" membro da Assembleia e ficarão a aguardar pelo parecer da CCDR a ser solicitado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques. -----

--- **PONTO 1 - Discussão e votação da ata da reunião de 19 de outubro:** Pelo Senhor Presidente da Mesa foi colocada à discussão a ata da reunião ordinária do dia 22 de novembro de 2017, prescindindo-se da respetiva leitura por ter sido previamente enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal. -----

--- O Senhor Deputado Acílio Godinho solicitou a palavra, tendo-lhe esta sido concedida. Começou por cumprimentar todos os presentes, referindo de seguida que detetou algumas gralhas na ata, mas pensa que seria fastidioso estar a enumerá-las até porque algumas alteram o sentido e outras são omissões e como o texto foi escrito e foi lido, se a mesa concordar, e quiser retificar em conformidade, se não houver objeção quanto a isso. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, referiu que não há nenhuma objeção a esta correção solicitada pelo Senhor Deputado Acílio Godinho, devendo a mesma ser efetuada. De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Passou-se ao **PONTO 2 – Apresentação de expediente:** O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento e colocou à disposição dos Senhores Deputados para consulta, toda a correspondência recebida, incluindo as minutas e as atas das reuniões da Câmara Municipal.----

--- **PONTO 3 – Outros Assuntos:** O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, deu conhecimento aos Senhores Deputados de um ofício que recepcionou do Senhor Vereador Carlos Simões, que vem manifestar o seu desagrado pela forma como decorreu a tomada de posse dos órgãos eleitos para os órgãos municipais, a saber a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, manifestando o sentimento de indignação sobre as condições de realização da cerimónia, enviando a carta com uma finalidade construtiva e afirmando que interpelou a Senhora Presidente da Câmara Municipal numa reunião do executivo, ao que lhe disse que não tinha qualquer responsabilidade sobre este assunto e que seria da responsabilidade da Assembleia Municipal. Referiu ainda que, na dita cerimónia não havia lugar para algumas pessoas eleitas se sentarem. Face ao exposto, o Senhor Presidente da Mesa enquanto Presidente da Assembleia Municipal, concordou com o Senhor Vereador, a sala estava cheia não tendo havido marcação de lugares porque, felizmente ou infelizmente, nunca houve uma afluência tão grande da população o que também nos honra e revela uma atitude democrática do povo de Alvaiázere que quis estar presente numa cerimónia tão importante para o concelho, sendo que alguns Senhores eleitos mantiveram-se no corredor apesar de ainda haver lugares vagos, mas reiterou que podia ter havido uma melhor organização e assumiu a total responsabilidade pelo facto ocorrido pedindo desculpa a todos os eleitos que não tiveram assento e que acharam que foi uma tomada de posse indigna, incluindo o Senhor Vereador Carlos Simões e numa próxima procurará certamente fazer melhor ou quem cá estiver. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere Célia Marques solicitou a palavra, disse que em relação ao assunto em apreço gostava de referir que o Vereador Carlos Simões manifestou essa surpresa pela forma como a cerimónia da tomada de posse decorreu e em virtude do facto de esta cerimónia ser da responsabilidade da Assembleia Municipal, solicitou que ele se dirigisse a este órgão, no entanto, não interpretou como sendo uma cerimónia indigna e gostava que isso ficasse esclarecido, pois têm o salão nobre e acha que deve ser neste espaço que esta cerimónia deve decorrer pelo facto de ser este o espaço por excelência para este acto. De referir também que, felizmente houve muitos convidados o que é de salutar, em seu nome pessoal, não teria qualquer problema em ceder o seu lugar sentado a quem está na Assembleia, a quem nos visita e a quem veio assistir à cerimónia, o que faz todo o sentido até porque já assistiu a várias cerimónias de tomada de posse, felizmente, porque foi convidada e pode dizer que a de Alvaiázere em nada ficou ou foi menos dignificante do que as outras a que assistiu, também pelo facto de terem muitas pessoas a assistir, munícipes, comunicação social, colegas de outras autarquias, entre outros, por isso gostava que ficasse registado que para si foi exactamente o inverso, foi uma honra estar no salão nobre e estar com numa sala repleta de pessoas que sentiram vontade e gostaram de vir participar neste acto. Agradeceu ao Senhor Presidente. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que ficará registado e deu a palavra aos Senhores Deputados relativamente ao Ponto 3, outros assuntos, passando a palavra ao Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões, começou por renovar os seus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, aos Exmos. Senhores membros da mesa, aos Senhores deputados desta Assembleia, ao Executivo na pessoa da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores presentes. Referiu que o grupo de deputados do CDS tem este mandato por intenção de ter intervenção prática, de ser elemento dinâmico desta Assembleia e sempre na procura do bem-estar dos Municípios e do Município. Nos discursos inaugurais de tomada de posse tanto o discurso do CDS como o dos restantes deputados e o da Senhora Presidente, a temática dos incêndios foi amplamente afluída, houve inclusive um voto de pesar manifestado nesta Assembleia e no seu entender esse assunto não pode deixar de ser novamente abordado, porque o período de acção crítica na protecção quer da floresta, quer das pessoas, quer dos bens contra incêndios é aquele que se inicia agora e que decorre até Abril, isto porque deve ser reconhecido pelos Municípios, especificamente no Município de Alvaiázere também isso acontece e este não tem promovido devidamente, quer no âmbito da sensibilização da população quer no âmbito da intervenção, não tem garantido devidamente a protecção das pessoas e dos bens contra incêndios. Existe efectivamente um sistema de protecção da floresta contra incêndios que já vem desde 2006 e foi através do Decreto-Lei n.º 124/06 de 28 de Junho que o instituiu, que vem estabelecer quanto aos Municípios diversas obrigações organizatórias, nomeadamente, no estabelecimento de comissões municipais para a protecção da floresta contra incêndios e obrigações de planificação, isto pela consulta que fez

nos diversos portais que estavam acessíveis na Internet leu que há um plano municipal de protecção da floresta contra incêndios, mas que lhe parece ser mais um conjunto de medidas ou de princípios e não de medidas concretas, existe obviamente responsabilidade na intervenção que também esse diploma e esse sistema de protecção da floresta contra incêndios implementa, e é relativamente a esta parte que lhes interessa trazer à Assembleia e obviamente de alguma forma convocar o executivo para este debate, porque entre as medidas de intervenção que este sistema da floresta contra incêndios coloca existe efetivamente um conjunto de medidas que lhe parece que este Município não tem feito, reconhecendo, no entanto, que também outros municípios não o fazem, nomeadamente, a intervenção junto dos particulares com informação e sensibilização, criação de equipas de trabalho de funcionários que junto da população, das freguesias ou dos eleitos das freguesias, promovam o estabelecimento pelo respeito das faixas de segurança de gestão de combustível que não acontece e este é o grande problema. Os incêndios, as tragédias que tivemos quer em Junho, quer em Setembro, tiveram a dimensão que tiveram porque, para além de uma má gestão da floresta, existe uma quase inexistente gestão das faixas de gestão de combustível, quer junto das casas dos aglomerados populacionais, mas também junto das vias públicas e obviamente não é só o Município que tem responsabilidade, também os concessionários dessas vias públicas têm responsabilidade, também os institutos públicos, nomeadamente, as infra estruturas de Portugal têm responsabilidade, mas o Município junto dos particulares tem uma responsabilidade agravada porque lhe incumbe no período após Abril de cada ano, notificar os particulares para fazer a limpeza dos terrenos e seja por falta de meios, seja pelo que for não tem acontecido, quer neste ou nos outros Municípios. Isto é algo que quer esta Assembleia quer o executivo, devem pensar no sentido de criar equipas de trabalho que no terreno identifiquem, quer junto dos aglomerados quer junto das ribeiras, as situações de perigo e a outro nível também junto das entidades públicas responsáveis pela manutenção das vias públicas, sinalizar os riscos que existem e intervir interpelando essas entidades a corrigirem aquilo que existe e no caminho que fez até Alvaiázere é ostensivo, quer na autoestrada, quer nas estradas nacionais, quer nas estradas municipais, que não há limpeza e as estradas devem ser zonas de resguardo, de segurança e essas zonas de segurança não existem, as faixas de gestão de combustível foram efetivamente esquecidas por todos nós e é esta interpelação que quer fazer. A outro nível, o sistema da protecção da floresta contra incêndios hoje é pacífico no seio dos juristas que é lacunoso porque não prevê a obrigação de limpeza de todo e qualquer terreno, apenas e só se aplica aos terrenos rústicos e aos terrenos florestais, portanto dentro dos aglomerados populacionais aqueles terrenos que sejam, por exemplo, logradouros de imóveis de prédios urbanos não estão abrangidos por isto e, neste contexto, muitos Municípios são exemplos disso, no entanto, o Município de Viseu, o Município de Cascais, o Município de Caminha, existem vários que têm estabelecido ao nível da regulamentação interna, nos regulamentos, obrigações de desmate de todo e qualquer terreno privado. O Município de Alvaiázere tem efetivamente um Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, todavia os

municípios que identificou, dentro deste regulamento, para além das questões que são tratadas no regulamento que o Município de Alvaiázere tem, tratam efetivamente disto, inexistindo aqui poder de iniciativa quer dos deputados quer da Assembleia em matéria do Regulamento, não obstante este Município ter uma panóplia de regulamentos, alguns dos quais que são letra morta, deve dirigir-se a atenção do concelho e do Executivo no seu poder de iniciativa a regulamentar esta exigência onde pode ser incluída, nomeadamente, outro tipo de condicionantes, por exemplo, na recuperação de muros entre outros. São estes regulamentos que normalmente têm um nome muito extenso, são regulamentos municipais de resíduos sólidos, higiene e limpeza pública que previne isto e portanto é isto que pretendeu trazer a esta Assembleia. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, agradece ao Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões e questiona se mais alguém pretende fazer uso da palavra em relação a este ponto que acabou de ser exposto. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Carlos Graça, disse que concorda com o que foi dito, porque a questão da protecção civil é uma questão que já referiu numa intervenção da Assembleia Municipal, que viveu este ano os fogos na sua zona a 50m da sua residência e as pessoas muitas vezes para sentirem as coisas e para se aperceberem delas têm que as viver e realmente essas faixas de protecção e outras questões, têm que ser articuladas com uma administração central actuante, lembra-se que nesta Câmara no tempo em que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal era Presidente da Câmara Municipal, tiveram um programa *Agris* que permitiu fazer muitas dessas coisas e que depois nunca mais se fez porque nunca mais houve programas desse tipo, limpavam faixas de protecção, fizeram faixas de protecção à volta das principais aldeias, nomeadamente, das Cabeças, das Relvas, de Maçãs de Dona Maria, a própria ribeira, entre outras. Portanto, são situações que têm que ser colocadas e analisadas de um modo global porque o tempo é agora, tem que se fazer a prevenção agora, há muita preocupação com o que se vai passar no próximo ano em termos de combate aos fogos florestais, o Governo está preocupado e vai reforçar os meios e vai alterar a Protecção Civil, mas há muito pouca preocupação relativamente aquilo que diz respeito à prevenção, e todos os anos são gastos milhões com os fogos florestais, nomeadamente, a apagar o fogo e são gastos uns "tostões" para fazer a prevenção. Existe uma Associação Florestal que neste período de Inverno tem dificuldades muitas vezes em arranjar trabalho e se houvesse um acordo, uma parceria com a própria Câmara Municipal, com entidades ligadas ao sector florestal público, ao instituto das florestas, entre outras, talvez fosse possível um programa que possibilitasse com o apoio da nossa Associação Florestal e de outras Associações Florestais que existem em todos os concelhos à volta, só na zona do Pinhal existem em todos os concelhos, era possível termos a floresta muito mais bem cuidada e preparada para os tempos de maior perigosidade em termos de incêndios e isso parte não só do que é necessário fazer pelas Autarquias, mas também pela Administração Central, o Ministério do Ambiente, o Ministério da Agricultura e isso de facto faz sentido, assim como também se deve ter em atenção que a sensibilização é muito importante.

Na semana corrente constatou que na sua zona de residência, pessoas que diziam que a partir do dia 15 de Novembro já era possível fazer fogueiras e então era fumo por todo o lado, possivelmente e sem exagero, eram mais de dez "borralheiras" à volta da sua residência, um ar totalmente irrespirável e as pessoas ao fazerem isto não têm culpa, porque depois aparece a comunicação social a dizer que "até dia 23 está risco máximo de incêndio, não podem fazer queimadas, não podem queimar sobrantes, não podem queimar matos da floresta", mas essas informações vêm no site do IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera e as pessoas não têm Internet, não têm forma de ir lá consultar e, por isso, tem que haver aqui uma divulgação, uma articulação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, o Senhor Padre, porque nas missas os Senhores Padres dão as informações que as pessoas querem ouvir e recorda-se que sempre assim foi, que qualquer informação que se queira divulgar numa freguesia esta é uma boa forma. É importante este tipo de relacionamento, é um serviço público e social que se presta e isso também faz falta, porque não é uma pessoa estar a fazer uma queimada e não saber se pode fazer ou não, uma vez que na televisão divulgam uma coisa, mas por outro lado não sabe se o Município está em risco elevado ou moderado, não sabe ir à Internet e por isso temos que compreender isso tudo e é um trabalho que tem que ser feito pelas autarquias. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, questionou se mais algum Senhor deputado pretende fazer uso da palavra e passa a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvaiázere. -----

--- No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvaiázere, cumprimenta todos os membros da Assembleia. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, interrompeu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvaiázere para esclarecer que está a dar este tempo antes dos pontos da ordem do dia, porque entende que este é um tema muito importante e merece ser discutido e apreciado e que cada um tem as suas ideias que podem ser aproveitadas pelo executivo pois é muito útil este assunto, prolongando assim pelo tempo que for necessário e passa novamente a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvaiázere. -----

--- No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvaiázere, referiu que face ao que foi exposto pelo Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões não podia deixar de dar a sua opinião em termos de preocupação com esse assunto, não se querendo sobrepor à Senhora Presidente, mas uma vez que fez parte da Comissão Municipal da Floresta, e que daí saíram algumas deliberações, algumas atitudes de prevenção e de comunicação para a população em termos de apoio e colaboração com a GNR, nomeadamente com o grupo de GIPS que por três anos consecutivos estiveram a freguesia de Alvaiázere e também as restantes freguesias, desenvolvendo ações de sensibilização em termos de preocupação em não fazerem queimadas, fogueiras, em termos de ações de fiscalização de limpeza que, eventualmente, na globalidade não surtiu efeito 100%, mas sentiu-se algum efeito pelas situações mais ou menos preocupantes que acabaram por ser resolvidas. O que também deve ser uma aposta e deve ser reforçado é uma ação de mais sensibilização para a população que

temos, uma vez que é uma população idosa e que está enraizado uma forma de trabalhar o fogo no nosso concelho, que é um concelho rural tal como os restantes concelhos do interior, e a utilização do fogo para a queima de sobranes é uma realidade e necessidade para a população. E o que está a acontecer que nunca se viu senão este ano, possivelmente devido às temperaturas e a muitos outros factores, nomeadamente num concelho do distrito de Castelo Branco, o concelho de Mação, um concelho que conheceu e conhecia as actividades que foram desenvolvidas durante muitos anos em termos de prevenção, de gestão de faixas, de plantação de estradões, de limpeza de caminhos de água e era um concelho de exemplo a nível nacional, o certo é que infelizmente aquele concelho ficou completamente devastado. Isto é daquelas situações anómalas, mas é óbvio que não podemos pensar só nessas situações, temos que pensar no futuro, no dinheiro que se gasta na prevenção e na despesa que possa ser evitada no combate, o Município deve reforçar o trabalho que tem feito até aqui porque a prevenção nunca é demais. Infelizmente, fomos um dos concelhos que sofreu com os incêndios nesta época de Verão com alguma área consumida pelas chamas, nós só nos preocupamos com os incêndios que vão existir no próximo ano e esperamos que sejam poucos ou quase nenhuns, mas não nos podemos esquecer, o Município, da prevenção da área que foi ardida porque estamos a falar de incêndios em linhas de água e essas linhas de água nesta altura não foram canalizadas para o caudal correto podendo vir a causar elevados estragos a nível dos terrenos e isso na proximidade de habitações, ficando assim o alerta porque não só os incêndios que podem vir para o ano mas também as causas que podem vir a surgir com as chuvas, que se espera que cheguem para breve. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, passa a palavra ao Senhor deputado Pedro Rafael Coelho Simões. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões, prometendo ser breve, afirmou que na sua intervenção falou na limpeza dos ribeiros, é efetivamente uma preocupação que deve estar na mente de todos e relativamente às situações excepcionais entende que devemos ter toda a consciência que vão sendo cada vez mais normais, elas vão reproduzir-se nos próximos anos e portanto, aquilo que foi feito efetivamente não chegou e tem que se "caminhar o caminho, não se pode deixar de caminhar o caminho". -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, questiona se mais alguém quer falar sobre este assunto e passa a palavra ao Senhor Deputado Acílio Godinho. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, disse que esta também é uma preocupação da bancada do Partido Socialista e que já tiveram ensejo de trazer essa matéria aqui, após os incêndios na região de Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos, na Assembleia de Junho onde deram um conjunto de sugestões e se há matéria que é transversal e unânime nesta Assembleia é esta. Pensam que o executivo já estará a pensar sobre isto, pois na altura a Senhora Presidente estava a equacionar todas essas medidas e ficou de lhes dar uma resposta uma vez que o concelho não tinha sido contemplado por parte do Governo, uma vez que a área

ardida não chegou aos tais 10% e que ficaria aquém dessa medida de apoio, não sabendo se houve alguma evolução entretanto e pretendia deixar essa questão. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, dá a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para dar a sua opinião em relação à intervenção dos Senhores Deputados e em relação ao que acabou de referir o Senhor Deputado Acílio Godinho, da interpelação anterior que ficou de dar uma resposta. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere Célia Marques, confirmou que esta é uma preocupação também do Executivo Municipal e se não fosse uma preocupação o Município não estaria já a desenvolver alguns esforços e trabalhos nesse sentido, como inclusivamente teve oportunidade de referir na tomada de posse e pretende esclarecer alguns pormenores relevantes, uma vez que lhe parece que há alguma falta de comunicação provavelmente por parte do Município, admitindo-o, no entanto, há alguma informação que infelizmente não tem passado, mencionada pelos Senhores Deputados e que não está 100% clara. De referir, em primeiro lugar, que o Município tem feito muitas ações de sensibilização, inclusivamente, fruto dessas ações de sensibilização, conseguiu-se diminuir o número de focos de incêndio que aconteciam na Primavera e no Outono derivados de queimadas e esse número reduziu substancialmente derivado precisamente das ações de sensibilização que são feitas pelo Gabinete Técnico Florestal. Este Gabinete tem feito o seu trabalho não podendo afirmar que seja já um trabalho no seu limite ao nível das potencialidades de comunicação e projetos que possam ser desenvolvidos, mas no seu entender tem feito um trabalho bastante próximo e exemplar no sentido da sensibilização, do contacto diário com a população, no contacto ao nível da informação dos povoamentos que podem ser desenvolvidos em alguns terrenos ou parcelas de terrenos, tem auxiliado nos processos de candidatura junto do ICNF para reflorestação e, nesse sentido, não tinha nexos não dar aqui estes exemplos. Todos os anos este Gabinete pede a colaboração da Igreja para que o Senhor Padre, os Párocos todos do Concelho, de forma transversal, ou seja, os três Párocos fazem esta comunicação e divulgam estas acções, inclusivamente são colocados editais em todas as freguesias dando nota precisamente dos períodos e do alargamento desses períodos críticos, é feito esse contacto de forma muito próxima com as Juntas de Freguesia e aí são várias vezes feitas visitas aos locais e conversam directamente no terreno com os proprietários. Pela segunda vez consecutiva junto da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria foi feito um projecto transversal aos dez Municípios, no sentido da Guarda Nacional Republicana, através dos GIPS, terem um trabalho próximo das autarquias identificando todas as parcelas de terreno que não cumpriam precisamente o Decreto-Lei n.º 124/06 de 28 de Junho referente às faixas de gestão de combustível junto às habitações, estiveram cerca de vinte e cinco homens no terreno e foi largamente divulgado na Comunicação Social, inclusivamente no Concelho de Alvaiázere, o Município disponibilizou todo o sistema cartográfico para se poder fazer esse trabalho no terreno e foi feito em todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal, foram identificadas as parcelas de terreno que estavam em incumprimento e foi solicitada a colaboração junto dos

Presidentes de Junta nessa sensibilização com os proprietários. Isto porque, não sabendo se os Senhores Deputados têm conhecimento que de Ferreira do Zêzere para o Norte do País não existe cadastro e nesse sentido torna-se muito complicado para a Autarquia identificar os proprietários, há muitas parcelas indivisas, há proprietários que não estão identificados, há terrenos com dez e quinze proprietários, há situações de parcelas de terreno cujos proprietários já faleceram ou já não é possível identificar quem são os proprietários, inclusivamente há situações em que fazemos editais para conseguir intervir no terreno, mas como se pode calcular torna-se completamente insustentável para a Autarquia a nível financeiro, substituir-se ao proprietário para fazer a limpeza de todas as parcelas de terreno, o orçamento total da Câmara Municipal não chegava para dar resposta a estas necessidades e, por isso, tem sido feito todo este trabalho e o que está ao alcance do Município tem sido feito, pode não ser suficiente porque pode ser feito sempre mais. Junto do ICNF há a preocupação em todas as reuniões da Comissão de Defesa da Floresta, de sensibilizar o ICNF para a questão das duas equipas de sapadores florestais fazerem trabalho no nosso Concelho, uma vez que os sapadores são geridos por este Instituto e vão para terrenos públicos, inclusivamente, para a Serra da Lousã na Castanheira de Pêra, fazer trabalho, ao invés de ficarem no nosso Concelho. Em todas as Comissões de Defesa da Floresta sensibilizamos para esta necessidade e a sua importância, porque o Município também tem baldios e para a importância destas duas equipas de sapadores estarem no nosso Concelho, é algo que até ao momento não se conseguiu, já foi feito contacto junto do Ministério para perceber se existia essa viabilidade. De referir também que o Município sempre que existem oportunidades de candidaturas ao nível da limpeza das galerias ripícolas tem submetido essas candidaturas e é de salientar que o incêndio em Maçãs de Dona Maria não teve maiores proporções graças a este trabalho que foi feito há cerca de dois anos, foi feita limpeza de todas as galerias ripícolas através de uma candidatura aos quadros comunitários e derivado ao tipo de vegetação que existia foi possível haver um maior controlo e a progressão do incêndio foi diminuta ou mais diminuta graças a essas características. Portanto, o Município não está parado nesta matéria, ao nível da Comunidade Intermunicipal de referir também que há um projeto que se já estivesse em funcionamento, não antecipando de alguma forma a catástrofe que aconteceu, projeto que está em desenvolvimento há já dois anos pela Comunidade Intermunicipal, se estivesse no terreno garantidamente que o incêndio de Pedrógão Grande não teria as proporções que teve. A Comunidade Intermunicipal tem uma candidatura para a implementação de um sistema de videovigilância nos dez Municípios, com a colocação de nove câmaras de vigilância em torres já existentes do SIRESP, para fazer a cobertura de todo o território da Comunidade Intermunicipal, a candidatura está aprovada no âmbito do Quadro Comunitário, mas não existia autorização para essa colocação, que agora já existe, porque não fazia sentido duplicar estruturas que já existem no terreno para colocação das câmaras de vigilância. Nunca houve resposta, sempre com insistência e na verdade, neste momento, fruto de todos os resultados e desta catástrofe do Verão já foi possível ter uma resposta e já vai ser possível colocar estas

câmaras de vigilância a fazerem a cobertura total, para se poder atuar logo no início da frente de fogo e nesse sentido este projeto já está aprovado e irá ser implementado através da Comunidade Intermunicipal. O Município contactou e fez uma exposição ao Senhor Ministro, ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Presidente da República, junto com o Município de Ansião por causa da abrangência territorial do projeto-piloto de reflorestação que envolve quatro medidas relacionadas com a floresta sustentável, o território mais atrativo, coesão e inclusão e mais um que momentaneamente não se recorda, e que são uma série de medidas em cada um destes eixos e nesta abordagem a única resposta obtida foi do Senhor Presidente da República, que incessantemente tem contactado o Município a perguntar se já há resposta do Senhor Primeiro Ministro e até ao momento não houve qualquer resposta. A Senhora Presidente tem contactado com o Presidente da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, o Dr. João Paulo Catarino, que foi Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova daí ter este contacto, e nesse sentido tem abordado e tentado ao máximo perceber quais são os eixos e medidas onde o Município de Alvaiázere pode efetuar candidaturas e para sua surpresa tudo o que se refere às medidas da floresta sustentada, o Município de Alvaiázere não tem enquadramento, isto porque com esta estratégia do Governo de apenas 10% da área total do Concelho cuja área está ardida é que está abrangida. O Município de Alvaiázere, felizmente, não entra dentro destes 10%, a percentagem de área ardida neste Verão foi de cerca de 7%, no entanto, este número não permite que o Município entre nesta estratégia e por esse motivo e porque tem havido insistência para ser contemplado nestes eixos de apoio que incluem o projeto-piloto, o cadastro, a estratégia de reflorestação, as redes de faixas de combustão, as galerias ripícolas, tal como disse na tomada de posse, o Município de Alvaiázere tomou a iniciativa e está neste momento a desenvolver e a criar um elo de ligação com o Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, para se poder intervir na nossa floresta e trabalhar numa perspectiva da prevenção e não numa perspectiva de combate aquilo que possa vir a acontecer no futuro. Está a ser desenvolvido esse trabalho, o Município está a entrar em contacto e a perceber o que é que pode ser feito, já houve uma primeira reunião e irá decorrer uma reunião em Alvaiázere com o Gabinete Técnico Florestal para os técnicos e a Senhora Professora Margarida Tomé, que está a trabalhar connosco do Centro de Estudos Florestais poder vir a Alvaiázere conhecer e perceber a dimensão que a floresta tem no nosso Concelho e de toda a justiça que seria feita se Alvaiázere pudesse entrar neste projeto. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, agradeceu a intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal e passou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões, referiu que mantém algumas dúvidas relativamente à parte do regime que é a parte de prevenção, mas prevenção coerciva, questionando quantas notificações para limpeza é que foram remetidas pelo Município neste quatro anos? Quantos autos de contraordenação foram levantados pelo Município nestes

quatro anos? Quantos ofícios foram remetidos à GNR para identificação dos proprietários nestes últimos quatro anos? -----

--- Solicitando a palavra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, informou que trará essa informação na próxima reunião de Assembleia se assim o Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões entender, uma vez que não sabe concretamente o número, sabendo apenas que é um número bastante considerável. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da Palavra, disse que acredita na Senhora Presidente da Câmara Municipal, mas se o Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões faz questão, deve ser presente na próxima Sessão a informação solicitada. Prosseguiu referindo que, após esta troca de impressões e exposições de grande interesse que foram feitas por alguns Senhores Deputados e também pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, questiona se alguém pretende fazer uso da palavra, uma vez que o tempo dilatou-se neste assunto, mas podiam haver outros assuntos que pretendiam ver abordados. -----

---- Não tendo havido mais inscrições, passou-se, de seguida, para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

--- **PONTO 1 - Informação escrita da presidente da câmara sobre a atividade do município, bem como da situação financeira, para cumprimento do disposto na alínea y) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** O Senhor

Presidente da Mesa deu conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, colocando de seguida este ponto a discussão e o Senhor Deputado Acílio Godinho pediu o uso da palavra. ---

---- No uso da palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, disse que queria colocar uma questão à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, questionou o Senhor Deputado Acílio Godinho se a questão era sobre o ponto em apreciação. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, disse que era em relação à atividade do Executivo, está relacionada não estando diretamente ligada a este ponto, mas é uma questão importante e interessante conhecer. Questão essa que tem a ver, pedindo correção pelo Senhor Presidente de Mesa em caso de erro no que irá dizer de seguida, é pela primeira vez neste mandato que agora se inicia, que o Executivo conta com dois Vereadores a tempo inteiro. Portanto, dois Vereadores a tempo inteiro vão além daquilo que é a previsão indicativa da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, para um Município que até 20.000 munícipes tem direito a um Vereador a tempo inteiro, mas a própria Lei também permite e por conseguinte não quer dizer que a Senhora Presidente da Câmara Municipal se assim o entendeu tenha, de facto, ido além daquilo que é a referida previsão e subido a "parada" para dois Vereadores a tempo inteiro, mas obviamente que poderá haver uma razão que não é conhecida. Se for feita uma análise à evolução do Município ao longo destas últimas duas décadas, verifica-se que a população tem diminuído, a título de exemplo no *Pordata* a população residente em 2001 era 8.419, em 2012 era 7.189 e em 2017 apesar de não ter os números, mas indo ao número de

eleitores em 2001 eram 7.684, em 2011 eram 7.197, em 2012 eram 7.091, em 2013 eram 7.010 e em 2017 foram 6.390, infelizmente para nós porque isso afecta todo o largo espectro em termos económicos, a economia do Município, verificando-se portanto uma diminuição da população e como o Executivo e o Município trabalham para os Munícipes, daí a razão de ser das dúvidas que se levantam acerca do bem ou mal fundado desse aumento da Vereação a tempo inteiro e seria oportuno que a Assembleia ficasse a conhecer as razões em que se abonou e fundou a Senhora Presidente da Câmara Municipal para proceder a esta nomeação.--

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, alertou o Senhor Deputado Acílio Godinho pois este assunto deveria ter sido exposto no Ponto n.º 3 antes do Período da Ordem do Dia, mas de qualquer maneira tem a certeza que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tem todo o gosto em explicar, passando-lhe a palavra. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere Célia Marques, esclareceu que independentemente do número de Munícipes o trabalho da Autarquia e dos projetos que desenvolve são sempre para a comunidade, ou seja, a Autarquia não tem menos nem mais trabalho por desenvolver um projeto para 5.000 ou para 10.000, o projeto quando tem que ser preparado e trabalhado, essa questão não se reflete na diminuição desse trabalho. De referir que, foi nesta Autarquia Vereadora a meio tempo e tem plena consciência do trabalho que um Vereador tem que desenvolver e das exigências e da responsabilidade das suas ações nesse período, por isso, colocou esta possibilidade aos Senhores Vereadores de ficarem a tempo inteiro, também porque tanto um como o outro Vereador que felizmente já a acompanhavam e estavam consigo no Executivo do passado, sempre dedicaram todo o tempo à Câmara Municipal, independentemente, de estarem a tempo inteiro. E no passado, inclusivamente, neste mesmo Órgão, até mesmo o Partido Socialista questionou o porquê de estarem dois Vereadores a meio tempo quando tinham conhecimento que estes Vereadores estavam na Autarquia todos os dias e foi então debatido no passado. Como referiu, tem plena consciência enquanto foi Vereadora a meio tempo, do trabalho que se desenvolve e que tem que se ter se tiverem sentido de responsabilidade a assumir esta missão com esse sentido. Referiu ainda que, o Orçamento de Estado prevê a transferência de uma série de competências para a Autarquia que irá com toda a certeza obrigar a um trabalho, dedicação e preparação além daquela que têm no dia de hoje, prevê-se a transferência da Saúde, não com todos os dossiers da saúde mas com uma grande parte dessa matéria, prevê-se a transferência da Educação a outros níveis de ensino, neste momento, a Autarquia já tem o Primeiro Ciclo e o Pré-Escolar e isso vai com toda a certeza obrigar a Autarquia e o Executivo a um trabalho muito adicional, a um esforço e preparação para a qual até ao momento nunca foi necessário. Por isso, considera que se querem continuar a desempenhar e a trabalhar com uma boa gestão e com os resultados que esperam faz todo o sentido ter aqui os Senhores Vereadores a tempo inteiro, porque na realidade já estavam de forma não oficial. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento da informação. -----

--- A informação da Senhora Presidente dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrita na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma devidamente rubricada pelos membros da mesa desta Assembleia Municipal.-----

--- Passou-se de seguida para o **PONTO 2 -ELEIÇÃO DOS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 83.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, informou os senhores Deputados que O Grupo Parlamentar do CDS e do PSD entregaram um documento da constituição destes Grupos Parlamentares, que é obrigatório por lei para estarem formados, e pediu aos Senhores Deputados do PS que se quiserem formar o seu Grupo Parlamentar deverão proceder desta mesma forma para legalizarem esta situação. De seguida, questionou os Senhores Deputados se este ponto suscitava alguma dúvida, ao que o PSD e o PS entregaram uma proposta para a eleição para a Assembleia Intermunicipal que o Senhor Presidente irá ler para depois ir a discussão e votação. O Partido Socialista de Alvaiázere apresentou a lista da seguinte forma: António da Conceição Gonçalves; Maria Fernanda dos Santos Balas e Fernanda Freire Simões Alves. O Partido Social Democrata de Alvaiázere apresentou a seguinte lista: membros efetivos José Tiago Guerreiro e Carlos Manuel Rosa Graça e como membros suplentes Cristiana Rodrigues Alves dos Santos e José Nunes Rosa. O Senhor Presidente da Mesa, questionou os Senhores Deputados se relativamente às propostas apresentadas, queriam fazer uso da palavra e não havendo ninguém, identificou as propostas como A e B, correspondendo a lista A à proposta do PSD e a lista B à proposta do PS. De seguida, foi feita a votação por escrutínio secreto como determina a legislação, procedendo-se à chamada dos Senhores Deputados. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, interrompeu a votação e disse que pelo que se apercebeu esta eleição é feita exclusivamente sobre os Deputados eleitos diretamente de acordo com a lei, o que significa que os Senhores Presidentes de Junta não podem votar nesta eleição, mas caso não seja assim a mesa o dirá. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que pensa que os Senhores Presidentes de Junta fazem parte integrante da Assembleia Municipal, mas não tem conhecimento da lei neste aspecto e ocorreu sempre desta forma, no entanto, pretendem cumprir com a legislação e não para a violar. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, identificou o artigo 83º n.º 2 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, " a eleição ocorre em cada Assembleia Municipal pelo Colégio Eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas (...)". -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, solicitou à Senhora Presidente da Câmara Municipal que peça parecer à CCDRC também sobre este assunto. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere Célia Marques, informou que o Concelho Intermunicipal da Unidade Intermunicipal já está marcado, e a Assembleia Municipal foi marcada com este propósito. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que a eleição será feita de qualquer forma, mas para tirar dúvidas no futuro pede-se o parecer. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Carlos Graça, interrompeu o Senhor Presidente da Mesa e disse que para a eleição da Assembleia Intermunicipal é que, especificamente, refere que são só os membros eleitos diretamente e aí os Presidentes de Junta não podem votar. ----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que irá ser feita nova votação sem os Presidentes de Junta e alertou o Senhor Deputado Acílio Godinho que poderia ter feito a sua intervenção antes das eleições. Portanto, assumindo a legislação e uma vez que é uma votação para um órgão Intermunicipal, só os Senhores Deputados eleitos diretamente é que irão votar, o que significa que os Senhores Presidentes de Junta não votarão neste ato. Reiterou que a lista do PSD é a A e a lista do PS é a B. Foi feita nova chamada. Da votação obteve-se o seguinte resultado: três votos brancos; quatro votos para a lista B e oito votos para a lista A. O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém pretende fazer uso da palavra relativamente a este assunto. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, interrompeu o Senhor Presidente da Mesa e questionou se não é aplicado o método de *Hondt* conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 83º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro "Os mandatos são atribuídos, em cada Assembleia Municipal, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de *Hondt*", por isso, não é eleita uma lista A ou uma lista B, mas são eleitos os representantes de acordo com a aplicação do método de *Hondt* por listas, ou seja, sendo que a lista A teve 8 votos e a lista B teve 4 votos, as abstenções não contam. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que tem as suas dúvidas relativamente à aplicação deste método por vários motivos: um deles é o facto de ser uma votação para a Assembleia Intermunicipal, no entanto, se todos os Senhores Deputados chegam à conclusão que se aplica o método de *Hondt* também não se vai opor, reiterando que não lhe parece que seja assim tão transparente e disse ao Senhor Deputado Acílio Godinho que está a fazer uma interpretação da lei e qualquer um pode ter a sua interpretação. De seguida, solicitou que se fizesse a divisão proporcional dos votos. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Carlos Graça disse que na, Assembleia Intermunicipal, Alvaiázere tem direito a dois elementos e, segundo o método de *Hondt*, tendo havido 8 votos para a lista A e 4 votos para a lista B, significa que um dos elementos efectivos é o que foi apresentado pela lista do PSD e o outro pela lista do PS, quanto ao suplente é do PSD. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, disse que a aplicação deste método lhe continua a suscitar dúvidas, mas será depois esclarecido pela Dra. Maria José Castanheira que será a melhor pessoa para esclarecer o assunto. Relativamente à votação, fica então eleito um elemento da lista A, outro da lista B e o suplente da lista A. Assim sendo, os representantes são: o Senhor Deputado José Tiago Guerreiro, o Senhor Deputado António da Conceição Gonçalves e, como suplente, o Senhor Deputado Carlos Manuel Rosa Graça. De seguida,

solicitou à Senhora Presidente da Câmara Municipal que solicite parecer relativamente a este assunto e passou para o ponto seguinte. -----

PONTO 3 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA REPRESENTAÇÃO DAS MESMAS NO CONGRESSO NACIONAL DA ANMP;

O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, disse que o PSD apresentou uma lista, questionando aos Senhores Deputados Acílio Godinho do PS e Pedro Rafael Coelho Simões do CDS, se pretendem apresentar lista para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para representação das Juntas de Freguesia no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, disse que não. -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Pedro Rafael Coelho Simões, também disse que não.

--- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, referiu que iam proceder à votação, através de escrutínio secreto, da única lista apresentada do PSD, a lista A composta pelos seguintes elementos: como efectivo o Senhor Deputado da Junta de Freguesia de Alvaiázere e como suplente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro e colocou o assunto à discussão caso alguém quisesse usar da palavra. De seguida, passou-se à respectiva votação e o Senhor Presidente da Mesa informou que os Senhores Presidentes de Junta também poderiam votar, obtendo-se o seguinte resultado: 13 votos para a lista A e 7 votos em branco. Portanto, é nomeado para representar a Assembleia Municipal na Associação Nacional de Municípios o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvaiázere e como suplente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro. Tendo terminado os pontos da reunião, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a todos a presença e disse que foi uma reunião interessante, tendo sido debatidos pontos de grande interesse para o Concelho e alguns esclarecimentos que foram debatidos e que são importantes, reiterando que serão solicitados pareceres para que tenham a certeza sobre essas questões para poderem trabalhar dentro da máxima legalidade possível. Lembrou ainda, que haverá mais uma Assembleia Municipal, neste caso extraordinária, até final do ano para aprovar o orçamento para 2018 e questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal se já havia alguma data a prevista. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere no uso da palavra, disse que em relação à questão do orçamento, como os Senhores Deputados e o Senhor Presidente sabem, em ano de eleições há um período em que podem aprovar o orçamento até Dezembro, e o Município já tem o orçamento praticamente fechado, tendo sido enviado para a oposição se pronunciar, por isso, deduz que alguns Senhores Deputados já tenham conhecimento. Referiu ainda que, no que diz respeito à receita, haverá uma alteração ao orçamento, uma vez que há um montante que o Município esperava receber no início do ano 2018, mas que irá receber ainda este ano, tendo essa confirmação sido efetuada por parte da CCDRC. Portanto, a proposta de orçamento da receita não será exatamente igual à que foi enviada à oposição. A resposta por parte da oposição terá que ser dada até 27 de Novembro, por isso, a expectativa é

que o orçamento e todos os elementos que o compõem, sejam analisados na reunião de Câmara de 6 de Dezembro pelo Executivo, sendo posteriormente agendada a Assembleia Municipal extraordinária com o Senhor Presidente da Assembleia. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - De acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos imediatos, a presente ata.-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, pelas dezanove horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, _____, 1º Secretário redigi e também assino.-----